# Ensino de literatura: uma prática dissimulada nas aulas régias das escolas no final do século XVIII

**Luciene Lages***
**Paulo Sérgio Marchelli****

**Resumo:** O artigo aborda as origens da Educação no Brasil do século XVIII, e propõe investigar o lugar da literatura naquele momento. Por meio da oitava carta das *Notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luiz dos Santos Vilhena, pode-se ter uma noção de como funcionava o ensino naquela época e o impacto causado pela reforma pombalina. Observa-se que os conteúdos ministrados pelos professores jesuítas e, posteriormente, pelos professores das aulas régias servem como pistas para o entendimento de uma prática disfarçada de ensino de literatura. Nesse contexto, a literatura é um instrumento de formação durante o processo de aquisição da língua e da escrita, de apreensão e desenvolvimento da prática retórica, e de apreciação da *Arte poética nas classes de filosofia.*

**Palavras-chave:** Literatura. Formação. Jesuítas. Aulas régias.

## Introdução

Esta pesquisa apresenta um recorte de um estudo sobre as *Notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luís dos Santos Vilhena, obra que faz parte dos escritos que narram os tempos da Colônia em suas várias esferas: econômica, militar, religiosa, educacional, entre outras descrições que nos são ofertadas por meio do gênero epistolar, prática dominante na literatura dos tempos coloniais. Desse modo, será investigada a presença da literatura nas classes do período colonial, e como ela ocupou um papel instrumentador na formação dos primeiros leitores e "escritores", sejam eles instruídos pelos

* Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Aracaju – SE – Brasil. *E-mail*: lages.ls@gmail.com
** Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Aracaju – SE – Brasil. *E-mail*: paulomarchelli@hotmail.com

jesuítas ou pelos professores das aulas régias. Sabemos que o ensino de literatura como disciplina curricular só veio a ser legitimado no século XIX, mas o fato de não vigorar como conteúdo oficial do currículo escolar em tempos coloniais ressalta a hipótese de que tal prática foi se impondo pouco a pouco em certas disciplinas, preparando o solo vindouro para a construção de seu lugar como conteúdo definitivo na instrução de seus cidadãos desde as primeiras classes.

## A carta oitava de Vilhena e o contexto educacional no final do século XVIII

A educação brasileira sofreu um importante impacto no século XVIII, graças à reforma impetrada pelo primeiro ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. A reforma pombalina suprimiu as escolas jesuíticas em Portugal e suscitou a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas retirando o comando que detinham sobre a educação, passando, a partir de então, tal incumbência às mãos do Estado.

No Brasil, as consequências são vistas por alguns como desastrosas, e muitos estudiosos veem essa reforma como a primeira falência da educação brasileira, dada a enorme influência dos jesuítas no desenvolvimento da língua e literatura do país e de uma estrutura educacional sólida. Em *Educação brasileira: 500 anos de história*, Arnaldo Niskier postula que recebemos um novo sistema, o qual, nas mãos do Estado, se apresentou desordenado e confuso, visto que o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 determinava o fechamento das escolas e a expulsão dos jesuítas das colônias. No entanto, gastaram-se muitos anos para a implementação das chamadas aulas régias, que deveriam substituir o espaço antes ocupado pela instrução jesuítica, além disso, outras ordens eclesiásticas que fundaram escolas no Brasil, como os Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas, foram totalmente ignoradas (NISKIER, 2001, p. 34).

Ao mesmo tempo, vigora, entre boa parte dos autores que estudam o assunto, a explicação do motivo fundamental da queda dos jesuítas ter sido consequência do fenômeno intelectual iluminista que assolou a Europa em meados do Século XVIII (CARDOSO, 2002; BOTO, 2010; MACIEL, SHIGUNOV NETO, 2006). O Iluminismo foi um movimento que criticava o Absolutismo, uma vez que era avesso à sociedade estamental e aos consequentes privilégios da aristocracia e do clero, que representavam uma ordem política considerada arcaica. Seus princípios propunham refundar a nacionalidade e criar um novo pacto civil. Outros autores vinculam a Reforma Pombalina à miséria econômica e intelectual imposta à Colônia pelo monopólio do ensino exercido pelos padres jesuítas desde 1555, ano em que D. João III lhes confiou a direção do Colégio de Artes (ROCHA, 2015). Ao longo do Século XVII, a situação econômico-financeira portuguesa se agravou e a nomeação para ministro real de Marquês de Pombal, conhecido pelo seu ódio aos jesuítas e pela sua sede de poder, pretendeu, com a reforma promovida, encarar e superar a crise existente. Como a instrução da educação sai das mãos dos religiosos, abre-se espaço para professores portugueses que foram enviados pela Coroa, ou mesmo professores brasileiros, que não estavam necessariamente ligados a uma abordagem do ensino castrada pela religião. Um caso como o de Vilhena demonstra um perfil diferente de pro-

fessor: alguém que aprendeu as línguas clássicas, começou uma carreira em Portugal e assumiu uma cadeira totalmente vinculada à sua formação e especialidade. Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) nasceu em Portugal, e em 1787 foi nomeado professor de aulas régias, assumindo a cadeira de língua grega em Salvador, sendo empossado em 7 de maio do mesmo ano. O cronista dos tempos coloniais apresenta um relato que enlaça ficção e testemunho: ele afirma, no Prefácio às cartas, que emprega as suas horas em formar um museu ou as notícias brasílicas e da capitania da Bahia, tendo como principais motivações a satisfação do espírito e a desafeição ao ócio. Segundo o autor:

> *As notícias históricas que nelas se encontram são compiladas umas de algumas obras já públicas, outras porém de manuscritos não vulgares; deixando de ser raras as noções que nelas dou das capitanias, comarcas, costas, rios, serras, matas, minerais, e lugares que descrevo. Os costumes pois, usos e abusos, índole dos naturais, e habitantes, comércio, e gêneros dele, eu o observei; da mesma forma presenciei, e inquiri o mais essencial da economia urbana e rústica; bem como em tudo o mais que contém a presente coleção, fiz a possível diligência por indagar a verdade.* (VILHENA, 1969, p. 19).

As 24 cartas intituladas *Notícias soteropolitanas e brasílicas* foram dedicadas ao Príncipe Dom João (que viria a ser coroado no Brasil com o nome de Dom João VI). Vilhena assina como "o criado mais humilde e o mais fiel de todos os seus vassalos", e apresenta notícias históricas sobre os costumes, habitantes, comércio, economia, educação, geografia e outros dados preciosos sobre as várias capitanias brasileiras da época. Das 24 cartas, 16 são dedicadas à capitania da Bahia, que outrora englobava o Espírito Santo e Sergipe. As cartas, segundo o próprio autor, visam oferecer uma ideia do Novo Mundo conquistado. Ele ainda afirma que parte da compilação de obras históricas ou de manuscritos já foi publicada e por isso deve ser lida como verdadeira. A obra dialoga de modo contínuo com autores da tradição clássica, e talvez por isso Vilhena se apresente sob o pseudônimo Amador Veríssimo de Aleteya e as endereça ao príncipe com o epíteto de Filopono.[1]

A nomeação de Vilhena é referida pelo historiador José Honório Rodrigues em *História da História do Brasil*, volume II, tomo I, publicado postumamente em 1988, quando apresenta uma minibibliografia sobre a figura de José da Silva Lisboa, mais conhecido por Visconde de Cairu, onde afirma que o dito Visconde:

> *[...] ensinou na cadeira de filosofia racional e moral na cidade de Salvador, nomeado pela Real Mesa Censória. Aí lecionou também grego durante cinco anos, até que esta cadeira foi ocupada por Luís dos Santos Vilhena, celebrado autor das* Notícias Soteropolitanas e Brasílicas, *que revelam a influência grega na própria escolha do título do livro, um dos maiores que sobre a Bahia e o Brasil se escreveu no século XVIII.* (RODRIGUES, 1988, p. 142-3).

1 Como professor de grego e latim, Vilhena demonstra extenso conhecimento do legado literário greco-romano, e personagens, deuses, heróis são metáforas para a representação do Brasil do século XVIII. É recorrente o uso de palavras de origem grega como para os remetentes Filopono, amigo do trabalho; Patrífilo, amigo da pátria; além de usar a palavra *Alétheia, verdade, em seu pseudônimo, reafirmando sua posição de ofertar ao príncipe relatos verdadeiros.*


http://dx.doi.org/10.5935/1980-6914/letras.v19n2p162-172

Visconde de Cairu ocupou a cadeira de filosofia racional e moral durante 20 anos, até seu jubilamento em 1797. Quanto a Vilhena, lecionou língua grega em Salvador em torno de 14 anos e, apesar da referência elogiosa anterior, nota-se ainda que a obra é pouco conhecida no Brasil. O historiador Braz do Amaral (1969), ao se referir ao manuscrito da Biblioteca Nacional, também advoga a favor de Vilhena e sua obra:

> *O 2.544 é um precioso livro, porque é uma inédita e perfeita descrição da Bahia no século 18. Poucos, muito poucos, conhecem este diamante ainda em mina. Eu o tive nas mãos e, no que precisei dele, achei-o completo e seguro. O Sr. Capistrano de Abreu, talvez o brasileiro que o conhece bem todo, declara ser o melhor trabalho que tem lido sobre a Bahia.*

Ele solicita que Vilhena seja colocado no mesmo patamar que autores como Pero Gandavo, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador, Sebastião da Rocha Pita, Antonio Jaboatão e Ignácio Accioli. O historiador também elucida a baixa recepção da obra:

> *O literato na sua obra só deixou o nome, mas não figura na lista dos que se dedicaram às letras em nossa terra e afimaram-me na Biblioteca Nacional que o próprio Sr. José Carlos Rodrigues não conhecia outra informação sobre o autor do livro oferecido ao príncipe D. João. Os historiadores do Brasil não o citam, porque não conheceram o seu trabalho, guardado na biblioteca do condes de Linhares, como os trabalhos de Frei Vicente do Salvador e de Gabriel Soares estiveram inéditos e desconhecidos até há poucos anos, nos arquivos portugueses.*

Tais afirmações são feitas em 1917, quando o Braz do Amaral profere comunicação na Academia de Letras da Bahia acerca de Vilhena e de sua obra. Poucos anos depois, tal comunicação integrará a abertura da primeira edição da obra publicada pela Imprensa Oficial da Bahia em 1921, às portas da comemoração do centenário da independência do Brasil.

Ao que parece, D. João não leu as cartas, mas D. Rodrigo de Souza Coutinho, posteriormente conhecido como Conde de Linhares, não só as leu como incentivou Vilhena a continuar escrevendo. É por causa desse interlocutor que acrescentou mais quatro cartas que foram endereçadas ao Conde sob o pseudônimo de Patrífilo. A oitava carta é relevante para esse estudo, pois Vilhena atuou como professor em Salvador, cidade em que os jesuítas fundaram o primeiro colégio em solo brasileiro em 1559. Levando em conta que Salvador foi a capital da Colônia até 1763, momento em que a capital é transferida para o Rio de Janeiro, podemos inferir que as observações de Vilhena sobre a situação da educação na capitania da Bahia funcionam como uma metonímia para as demais regiões do Brasil, apresentando, assim, o conteúdo da oitava carta:

> *[...] em que se dá uma breve noção dos estudos na cidade da Bahia, tanto antes, e no tempo da extinção dos Jesuítas, como no tempo presente; mostra-se a causa da decadência, o número das aulas que há na cidade e Capitania, com o*

> *ordenado dos respectivos professores, fazendo ver o como é quase impossível a subsistência, principalmente dos que no breve contexto dela se verá.* (VILHENA, 1969, p.273).

Em suas observações, transparece a insatisfação com o estado em que a biblioteca do colégio da Bahia se encontrava e, também, com a escassez de livros para apoiar as atividades docentes. O relato não nos é tão estranho como pode parecer inicialmente, considerando que, passados mais de dois séculos, os professores e alunos vivenciam as mesmas dificuldades e problemas apontados no tempo em que Vilhena era professor na Colônia.

A partir dessas informações, dedicamo-nos, em seguida, à investigação das matérias e conteúdos ministrados nesse período, e à busca de pistas que esclareçam como e que tipo de literatura foi ocupando espaço no ensino dos primeiros tempos brasileiros.

## A literatura nas classes das capitanias hereditárias à época de Luís dos Santos Vilhena

Os livros e materiais de ensino baseados na tradição escolástica utilizados pelos jesuítas foram proibidos para dar lugar à literatura iluminista, relacionada às transformações ocorridas na ciência, na filosofia, na cultura e na nova mentalidade europeia. As aulas régias incorporavam o desejo de domínio sobre a natureza, de tributo à fé cristã, de avanço inexorável e caritativo do conhecimento científico e de propagação dos princípios do despotismo esclarecido (CARDOSO, 2002). A educação rompeu com a doutrinação religiosa e passou a ser aclamada pelos aficionados do Iluminismo por sua possibilidade de redefinir a sociedade, formar cidadãos capazes de gerir o Estado moderno e promover o desenvolvimento nacional em seus múltiplos sentidos, conforme estabelecia o movimento da Ilustração. De acordo com Vilhena:

> *No tempo em que existiam os extintos Jesuítas, incumbidos então de todas as escolas menores, tanto em Portugal, como por todos os seus domínios, havia nos Gerais do Colégio desta cidade sete classes em que se instruía a mocidade, não só da capital, como de todas as vilas da Capitania, e seus distritos, e desta tiravam aqueles religiosos a escolha para sua religião [...]. Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe, e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta onde aprendiam a construção da mesma língua, a retórica, tal qual então se ensinava. Na quinta a matemática; na sexta filosofia, e na sétima se ensinava teologia moral.* (VILHENA, 1969, p. 273-4).

Nas classes das escolas jesuíticas, a prática literária era intensa, no entanto, pouco extensa, pois apenas livros de autores indicados eram permitidos, tais como a Suma de Teologia de Tomás de Aquino, alguns textos de Aristóteles, a Bíblia, as Resoluções do Concílio de Trento, que foram realizadas nos anos de 1545 a 1563, e textos produzidos por Padres da Igreja, lembrando-se de que

vários membros da Companhia de Jesus figuraram entre os maiores intelectuais e cientistas nos séculos XVI e XVII (TOLEDO, 2000).

A descrição dos conteúdos ensinados nas aulas de lógica e gramática, bem como os autores e respectivas obras estudadas, encontram-se no Ordenamento de Estudos, documento cujo objetivo era garantir a uniformidade dos procedimentos, da atitude mental e da pureza de coração dos professores jesuítas e dos alunos, de forma a visar à consecução dos objetivos propostos pela educação que se opunha, sobretudo, à turbulência espiritual desencadeada pelo movimento reformista do século XVI (FRANCA, 1952, p.). A regra um das Regras do Professor de Classe Superior de Gramática, por exemplo, determina quais autores e obras devem ser utilizadas na leitura:

> *Quanto às leituras, poderão explicar-se no primeiro semesre dos prosadores, as cartas mais importantes de Cícero aos parente, a Ático, ao irmão Quinto; no segundo, o 1º livro da Amizade, da Velhice, os Paradoxos e outros assim; dos poetas no primeiro semestre algumas elegias ou epístolas de Ovídio, escolhidas e expurgadas, no segundo, trechos, também escolhidos e expurgados, de catulo, Tibulio, Propércio e das Éclogas de Virgílio, ou ainda, do mesmo Virgílio, os livros mais fáceis como o 4º das Geórgicas, o 5º e 7º da Eneida; dos autores gregos, S. João Crisóstomo, Esopo, Agapetos e outros semelhantes.* (apud AMARANTE, 2012, p. 79).

Se pelo lado da modernidade do ensino de literatura o texto passou a servir como pretexto para ensinar a gramática normativa da língua e depois como contexto para a formação do aluno capaz de pensar criticamente a ideologia dominante (MORTATTI, 2014), no âmbito da educação jesuítica, o conhecimento da gramática precedia a leitura dos livros, de modo que o bom domínio do latim pelos estudantes era considerado indispensável para o entendimento autêntico das obras dos Santos Padres e as demais permitidas, que eram tratadas do modo como originalmente foram escritas.

Ainda que o texto de Mortatti (2014) refira-se à história recente do ensino da literatura no Brasil e, ainda, à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, a hipótese lançada pela autora de que a grande transformação da atualidade corresponde ao objetivo de formar leitores críticos capazes de superar os antigos modelos escolares de utilização do texto literário como pretexto para ensinar gramática normativa da língua lança alguma luz sobre o que parece ter acontecido no final do século XVIII, época em que a *Ratio Studiorum jesuítica, como método de instrução para todas as classes da Colônia, já estava extinta tanto em Portugal como por todos os seus domínios* (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008), sendo substituída pela acepção de aulas régias editadas por Marquês de Pombal, que reestruturavam os chamados estudos menores compreendidos pelas primeiras letras e as humanidades (BOTO, 2010).

O método pedagógico definido pela Ratio aplicava-se tanto à formação dos futuros clérigos da Companhia de Jesus quanto à educação de leigos. Utilizava um sistema de ensino que não se limitava apenas aos estudos tradicionais próprios da preparação clerical correspondentes à filosofia e à teologia, mas incluía as humanidades e a retórica. Essas últimas deveriam ser ministradas por professores hábeis, com o objetivo de erradicar a barbárie do latim inculto falado de

forma indecorosa e incorreta pelos que não conheciam os textos da Antiguidade clássica, expressos pela beleza de uma linguagem elegante.[2] Dessa forma, esse perfeccionismo didático produziu um reacionarismo criativo cujo resultado foi a proibição da inovação literária iluminista, que aos olhos dos religiosos degradava os princípios proclamados pelas palavras de Deus (MIRANDA, 2006).

Era necessário que os mestres e discípulos das escolas jesuíticas escrevessem cartas em latim e as enviassem aos que entendiam a língua, de forma a criarem hábitos favorecedores da eloquência e moderarem a prolixidade na escrita. Um exemplo típico dessa produção em latim são as cartas escritas pelo Padre José de Anchieta, que se encontram em sua quase totalidade no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma (ANCHIETA, 1984). Alguns exemplos mostram o tom de humildade segundo o qual o "Santo, Presbítero e Apóstolo do Brasil" assinava seus documentos: "o mínimo da Companhia de Jesus, José", "o mais pequeno da Companhia de Jesus, José", "o último da Companhia de Jesus, José", "V. Paternidade filho indigno in Domino P. José, S. J." (ANCHIETA, [s.d.], p. 12-15, p. 22-25, p. 26-55, p. 107-110). Todos esses exemplos demonstram que o discurso criativo que circunscrevia as cartas desse jesuíta estava imbuído na defesa da ideologia cristã ou de elementos que deveriam integrá-la como o da docilidade, da bondade, da caridade e outras virtudes cristãs, de forma a inferir que o universo o qual definia seu gosto literário era possuidor, em geral, dessas mesmas qualidades.

No entanto, há um paradigma interpretativo o qual considera a "história da educação como reconstrução cognitiva do processo de desenvolvimento da educação ao longo do tempo" (SAVIANI, 2015, p. 3). No caso particular do ensino de literatura, os dados apontam que houve uma mudança radical na forma como as práticas escolares funcionavam na época dos jesuítas em relação à contemporaneidade. Enquanto nas classes jesuíticas o ensino da gramática destinada à boa compreensão da língua precedia à leitura das obras literárias, modernamente parte-se do trabalho com os textos para promover aprendizagem das normas idiomáticas. Dessa forma, o paradigma geral dominante no campo da história da educação parece se quebrar quando se trata de estudar a área específica da história do ensino de literatura.

Além da escrita e leitura de cartas, era recomendado aos filósofos e teólogos da Companhia de Jesus que não ignorassem a arte poética, de forma a comporem e recitarem poemas em latim ao menos duas vezes por ano, na abertura solene das aulas e na renovação dos votos, com opção para os avessos às musas redigirem e afixarem alguma redação em prosa nessas ocasiões (MIRANDA, 2006). Dentro da estrutura do sistema educacional jesuítico no Brasil colonial, a leitura de textos em latim se iniciava nas classes inferiores de humanidades, nas quais se estudava a gramática dessa língua, o grego e o hebraico, bem como nas classes superiores, em que se contava com aulas de teologia, direito canônico, filosofia e retórica (FERREIRA JR.; BITTAR, 2012).

A Ratio exigia que os professores de todas as disciplinas se mantivessem fiéis aos autores tradicionais recomendados pela Igreja e não procurassem as novidades consideradas modernas. Desse modo, nas classes superiores, um dos textos aristotélicos permitidos era a Metafísica, pois o trabalho educacional dos jesuítas baseava-se na exposição didática monologada em que o professor é

2 "*Ut turpe sibi putent barbare et inquinate loqui; pulchrum diserte et latine*" (MIRANDA, 2006, p. 45).

uma causa eficiente para os alunos, que por sua vez são a causa material da aprendizagem, "cabendo ao aluno apreender o conhecimento transmitido e, eventualmente, dar resposta às questões colocadas pela autoridade pedagógica" (MESQUIDA, 2013, p. 241).[3]

Em relação às classes inferiores, a tese em voga na historiografia é a de que dentro da cultura dos colégios jesuíticos a leitura atuava como propedêutica à escrita e não tinha um fim em si mesmo, de forma que era lido "para fazer notar os lugares comuns empregados pelo autor, para assimilar seu estilo, para encontrar nos textos as formas de estruturação propostas pela Retórica" (FERNANDES, 2006, p. 42), e não propriamente para encontrar conhecimento no que se lia. Essa tese, presente nos textos de Hébrard (1990) e Chervel (1990), de que nas classes menores da escola jesuítica a leitura estava voltada para a aprendizagem da Retórica e isso implicava a desassimilação dos conteúdos presentes nos textos, constitui outra interpretação paradigmática do campo da história do ensino de literatura no Brasil. A tese parece decorrer de um conhecimento desatualizado do que é a própria retórica, que entre outras atualizações foi modernamente reconceituada pela semiótica como a ciência mediadora da representação, segundo a qual o significado dos objetos é interpretado, de modo a corresponder à "mediação entre a gramática e a crítica, o que implica a Retórica estar fundada na crítica, que por sua vez se sustenta na gramática" (RESTREPO, 2012, p. 117). Em outras palavras, Padre Antônio Vieira, o mais talentoso orador entre os clérigos da Companhia de Jesus que vieram para o Brasil, escreveu ao leitor dos seus *Sermões:*

> *Se gostas da afetação e pompa de palavras, e do estilo que chamam culto, não me leias. Quando este estilo mais florescia, nasceram as primeiras verduras do meu, que perdoarás quando as encontrares, mas valeu-me tanto sempre a clareza, que só porque me entendiam, comecei a ser ouvido, e o começaram também a ser os que reconheceram o seu engano, e mal se entendiam a si mesmos.* (VIEIRA, 2015, p. 12).

Após a Reforma pombalina, as aulas régias, que substituíram as jesuíticas, compreendiam o estudo das humanidades, e os professores ministravam conteúdos independentes de grego, latim, filosofia e retórica. A carta oitava condena explicitamente o método da *Ratio* e o acusa de pernicioso, pois "se gastava meia vida de um estudante com o simples estudo de gramática latina [...]" (VILHENA, 1969, p. 275). Certamente, o volume de leitura nas escolas aumentou depois da expulsão dos jesuítas, não mais se verificando uma restrição de conteúdos a assuntos religiosos e determinados temas filosóficos. As sulas régias abriram a janela do Iluminismo com sua ampla perspectiva literária, produzida para a divulgação dos ideais de modernidade científica e política. A questão da forma como a leitura era praticada com a vigência das aulas régias é um ponto fundamental para a história do ensino de literatura no Brasil e sobre isso a carta oitava trata dos fundos com os quais a Coroa portuguesa financiava as escolas na Colônia. O Subsídio Literário, tal como era chamado esse financiamento, advi-

3 Sobre uma relação das antologias de poetas e prosadores organizada pela Companhia de Jesus para assessorar os docentes em suas aulas, é muito oportuno destacar a tese de José Amarante *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil:* o tempo da conservação e o tempo da produção – discursos, práticas, representações, proposta metodológica (2014), em que o autor apresenta um estudo minucioso do percurso da língua latina nos currículos, dos tempos coloniais até os nossos dias.

nha da cobrança de impostos sobre a venda de carne nos açougues e da aguardente nos alambiques.

## Considerações finais

A carta oitava apresenta um quadro quase cruel daquele momento de ruptura entre o velho e o novo ensino que passou a vigorar no Brasil. Daquele momento e do processo que se instaurou de lá para cá, podemos depreender algumas considerações. A primeira é que o descaso do Estado com a instrução de seus cidadãos se legitima desde as aulas régias, sendo facilmente palpáveis as consequências de tais resultados nos dias de hoje. No entanto, com a saída dos religiosos, a censura antes praticada sobre obras do legado literário perde a vez, tornando-se possível apreciar, a partir de então, escritos que outrora estavam vetados como leitura para aquisição de língua ou apreensão de um tipo de gênero literário mais específico, sem a interdição causada por uma moral repressora que impedia, por exemplo, a utilização de poemas mais picantes, como os de Catulo, a *Arte de amar*, de Ovídio ou alguns epigramas de Marcial. Seja antes da reforma ou depois com as aulas régias, a leitura de obras clássicas, a declamação de poemas ou a prática da observação argumentativa do texto de importantes retores aparecem como passos obrigatórios a serem seguidos tanto pelo professor quanto pelo aluno dos tempos coloniais. Diante desse quadro, mesmo que não tenhamos como medir o grau de comprometimento de certas matérias que sem a literatura não teriam o mesmo alcance, é notável que a literatura esteve e está a serviço de outras disciplinas das humanidades de modo essencial.

## Literature teaching: a disguised practice in royal schools at the end of century eighteen

**Abstract:** The article discusses the origins of Education in Brazil eighteenth century. We propose to investigate the place of literature at that time. Through *Eighth Letter of News from the City of Bahia and Brazil*, written by Luiz dos Santos Vilhena, It shows the operation of the school at that time, and the impact of Pombal reform. It is observed that the content taught in classrooms Jesuit teachers and later in the schools of Royal teachers show that happened a disguised practice in the literature teaching. In this context, the literature was an instrument training and good performance in the acquisition of language and writing. In this sense, the literature served to understand and develop the rhetoric, and for the assessment of *Poetic Arts* in Philosophy classes.

**Keywords:** Literature. Training. Jesuits. Royal schools.

## Referências

AMARAL, B. Notas e comentários da VIII carta. In: VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII.* Salvador: Itapuã, 1969.

AMARANTE, J. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil:* o tempo da conservação e o tempo da produção – discursos, práticas, representações, proposta metodológica. 2012. Tese (Doutorado em Letras e Linguística)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ANCHIETA, J. *Cartas:* correspondência ativa e passiva. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

ANCHIETA, J. *Minhas cartas. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo,* [s.d.]

BOTO, C. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010.*

CARDOSO, T. F. L. *As luzes da educação:* fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

CASSÁVIA, G. M. L. *O ensino da literatura no Brasil:* um histórico. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação, n. 2, p. 177-229, Porto Alegre, 1990.*

FERNANDES, G. *Composição de textos na escola brasileira:* em busca de uma história – do Ratio Studiorum aos manuais de estilo do final do século XIX. 2006. Tese (Doutorado em Educação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 693-751, set./dez. 2012.

FRANCA S. J. L. *O método pedagógico dos jesuítas:* o “Ratio Studiorum”. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

HÉBRARD, J. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 65-110, 1990.

MESQUIDA, P. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. *Educar em Revista*, n. 48, p. 235-249, abr./jun. 2013.

MIRANDA, M. A *Ratio Studiorum e os estudos humanísticos III:* Latim culto e Latim bárbaro. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 45, p. 105-113, jun. 2006.

MORTATTI, M. R. L. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. *Educar em Revista*, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014.

NISKIER, A. *Educação Brasileira:* 500 anos de História. Rio de Janeiro: Funarte, 2001.

RESTREPO, M. J. Aperturas de la teoría de la retórica peirceana. *Revista de Estudios Sociales, Bogotá, n. 44, p. 113-125, dez. 2012.*

ROCHA, M. A. S. A educação pública antes da Independência. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã:* Cadernos de Formação – História da Educação, São Paulo, v. 1, p. 32-47, 2005. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/>. Acesso em: 8 ago. 2015.

RODRIGUES, J. H. *História da História do Brasil.* A Historiografia conservadora. São Paulo: Nacional, 1978-1988, v. 2, tomo I.

SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, V, ago. 2008, São Paulo: *Anais do Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares*. São Paulo: Uninove, 2008. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/>. Acesso em: 8 ago. 2015.

SOUZA, R. A. *O império da eloquência*: Retórica e Poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

SHIGUNOV NETO, A; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

*The jesuit Ratio Studiorum of 1599.* Washington, USA: CONFERENCE OF MAJOR SUPERIORS OF JESUITS, 1970. Translated by Allan P. Farrell, S.J. University of Detroit. Disponível em: <http://www.bc.edu/sites/libraries/ratio/ratio1599.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2015.

TOLEDO, C. A. A. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum. Acta Scientiarum, Maringá, v. 22, p. 181-187, 2000.*

VIEIRA, P. A. *Sermões* (Parte 1). Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantoniov.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2015.

VILHENA, L. S. *A Bahia no Século XVIII.* Salvador: Itapuã, 1969.

VILHENA, L. S. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas.* Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1921.

Recebido em 10-08-2015.

Aprovado em 24-02-2016.